



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RAYLANNE DE SOUSA TAVEIRA

**A INDICAÇÃO DA UNIVERSIDADE COMO PARCEIRA DA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES SEGUNDO OS PLANOS MUNICIPAIS DA
REGIÃO NORTE DO TOCANTINS**

TOCANTINÓPOLIS/TO

2021

RAYLANNE DE SOUSA TAVEIRA

A INDICAÇÃO DA UNIVERSIDADE COMO PARCEIRA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES SEGUNDO OS PLANOS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Cleomar Locatelli

TOCANTINÓPOLIS/TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- T232i Taveira, Raylanne de Sousa.
A INDICAÇÃO DA UNIVERSIDADE COMO PARCEIRA DA
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES SEGUNDO OS PLANOS
MUNICIPAIS DA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS. / Raylanne de Sousa
Taveira. – Tocantinópolis, TO, 2021.
51 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientador: Cleomar Locastelli
1. A importância da Formação Continuada e da Formação Docente no
processo de ensino e aprendizagem. 2. Aspectos metodológicos e
contextuais da realização da pesquisa. 3. Formação Continuada nos Planos
Municipais: ações, orientações e parcerias. 4. Considerações Finais. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAYLANNE DE SOUSA TAVEIRA

A INDICAÇÃO DA UNIVERSIDADE COMO PARCEIRA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES SEGUNDO OS PLANOS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 15 / 12/ 2021

Banca Examinadora:

Profº. Drº. Cleomar Locatelli, UFT

Profº. Drº. Nataniel da Vera Cruz, UFT

TOCANTINÓPOLIS/TO, 2021

Dedico este trabalho aos meus avós Rita e Nilo, a minha mãe Marilene, que sempre me incentivaram nessa trajetória e ao meu companheiro Dário por todo apoio recebido durante este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar sabedoria e seguir em frente apesar das dificuldades que encontrei durante os anos que passei na graduação. Agradeço especialmente aos meus avós Rita e Nilo, e minha mãe Marilene que são os pilares na minha vida e me incentivaram desde a entrada na Universidade, e em todo meu percurso, sempre me apoiando e aconselhando em todas as decisões que tomei durante a vida acadêmica.

Agradeço ao Dário, com quem compartilho minha vida e que desde que me conheceu na metade da minha vida acadêmica, com suas palavras consegue me motivar a buscar e querer sempre mais. Aos meus irmãos Kaic, Kaio e Viviane que de alguma forma contribuíram com essa trajetória, mesmo que distantes.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cleomar Locatelli, tenho muita gratidão por ter aceitado me orientar na realização desse trabalho, pela paciência, atenção, compreensão e sabedoria sempre depositando confiança no meu trabalho e me repassando ensinamentos que levarei pelo resto da vida. E também a todos os professores da UFT que fizeram parte da minha formação.

A Universidade Federal do Tocantins- UFT jamais será esquecida por mim, pois me proporcionou um grande aprendizado, onde passei parte da minha vida, fiz amizades e consegui minha graduação. Aos amigos que construí durante essa trajetória Cislany, Lázaro, Iêda, Rosana, Dijé, Simone, Fernanda, Katyusia, Rosinete dentre outros que fizeram e fazem parte da minha vida.

Agradeço à todas as pessoas que contribuíram com minha formação, meu crescimento, meu conhecimento e meu amadurecimento ao longo do curso.

*Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo.
(Paulo Freire)*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as metas e estratégias que tratam da formação continuada, nos Planos Municipais de Educação (PME) da região norte do estado do Tocantins, observando a indicação de parcerias para com a Universidade Federal do Tocantins/Campus de Tocantinópolis. A pesquisa desenvolvida possui metodologia bibliográfica e documental, visto que a principal fonte de investigação foram os PMEs de municípios que se encontram nas proximidades do Campus Universitário da UFT, em Tocantinópolis-TO. Quanto ao referencial teórico, a pesquisa tem fundamentação em autores como Àvalos (2011), Rodrigues (2004), Paula (2009) e Garcia (1999) dentre outros. Após a realização do estudo constata-se que apesar da formação continuada estar presente em todos os planos municipais, são escassas as estratégias ou indicações de parcerias com a UFT. Averiguou-se também que os PME's mencionam Universidades Públicas, mas não especificam quais seriam essas instituições. Dessa forma, espera-se que o trabalho contribua com a reflexão sobre as parcerias que estão sendo realizadas para a efetivação da formação continuada, bem como a importância de inserir o Campus da UFT de Tocantinópolis como parceiro dessa formação em busca de melhorias no desenvolvimento educacional.

Palavras-chaves: Formação continuada. Parcerias. Planos Municipais de Educação.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the goals and strategies that deal with Continuing Education, observing the existence of partnerships between the Municipal Education Plans in the North region and the Federal University of Tocantins. The research developed uses bibliographic and documentary methodology, and is qualitative in nature, where the analyzed data seek to diagnose the existence of partnerships in the continuing education process of Municipal Education Plans. The research is based on authors such as Àvalos (2011), Rodrigues (2004), Paula (2009), Garcia (1999) and documents such as The PNE 2014-2024 (Law n. 13.005, of June 25, 2014), and the SMEs. After the study was carried out, it was found that despite continuing education to be present in all municipal plans, most of them do not present strategies or indications for partnerships with the UFT. It was also found that SMEs mention Public Universities, but do not specify which would be these institutions. In this way, it is expected that the work contributes to the reflection on the partnerships that are being carried out for the realization of continuing education, as well as the importance of inserting the UFT Campus in Tocantinópolis as a partner in this training in search of improvements in educational development .

Keywords: Continuing education. Partnerships. Municipal education plans.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Análise das ações referente a quantidade de metas no pne e nos pme's, número de estratégias e número de vezes que aparece a palavra “formação continuada”	36
Quadro 2- Análise da existência da formação continuada e de parcerias com outras instituições ou Campus de Tocantinópolis- UFT.	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CFP	Centro de Formação de Professores Primários
FC	Formação Continuada
GIEPEES	Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
P.P.P.	Projeto Político Pedagógico
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	Plano Estadual da Educação
PNLL	Programa Nacional de Livro e Leitura
PNE	Plano Nacional da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
TO	Tocantins
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Universidade do Tocantins

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DA FORMAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	15
2.1 Conceito de formação inicial e formação continuada docente	15
2.2 A formação docente: os saberes e a formação acadêmica.....	19
2.3 Aspectos teóricos e práticos no perfil profissional dos professores	23
3. Aspectos metodológicos e contextuais da realização da pesquisa.	25
3.1 – A região do Bico do Papagaio	26
3.2- MUNICÍPIOS	27
3.3- UFT campus de Tocantinópolis	31
4 FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS: AÇÕES, ORIENTAÇÕES E PARCERIAS	33
4.1 Os Planos Municipais de Educação e a formação continuada.....	34
4.2 Os Planos Municipais de Educação e as parcerias para formação continuada.....	38
Considerações Finais	43
Referências	46

1. INTRODUÇÃO

A formação continuada é entendida como um processo que se realiza de diferentes modos, que pode contribuir para revisão de estratégias e metodologias e que deve fazer parte do conjunto do desenvolvimento da vida profissional dos professores (as). Sendo assim, diante da importância da formação continuada, inferimos que ela deve ser compreendida como um elo fundamental entre o trabalho e o conjunto da preparação para o magistério, desde o curso de graduação, até a vida profissional.

No presente trabalho buscamos tratar das políticas públicas voltadas para as questões da formação continuada docente. Apresentamos aqui o resultado de uma investigação sobre as indicações da Universidade como parceira da formação continuada. Buscamos averiguar a presença dessa indicação nos Planos Municipais de Educação (PME's) da região Norte do Tocantins.

Esse estudo tem como objetivo analisar as referências sobre formação continuada de professores nos Planos Municipais de Educação dos municípios da região norte do estado do Tocantins, considerando as possíveis indicações da UFT e o Campus de Tocantinópolis como parceiros.

Na definição do problema de pesquisa buscamos saber qual a inserção da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Campus de Tocantinópolis nos processos de formação continuada dos municípios da região norte do Tocantins, segundo as referências encontradas nos Planos Municipais de Educação (2015-2025)?

O desejo por essa temática aconteceu durante minha participação nos anos de 2019/2020, no Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade – GIEPEES, coordenado pelo Prof. Dr. Cleomar Locatelli. Após uma discussão e um debate sobre a pesquisa da prof. Arinalda Locatelli: “A política de formação continuada no contexto dos planos municipais de educação: O lugar das professoras auxiliares”. Observamos a necessidade de realizar uma pesquisa que fizesse um diagnóstico sobre a relação da UFT como parceira da formação continuada dos professores da região, tendo em vista que o Campus de Tocantinópolis, sobretudo através do curso de Pedagogia, está presente na formação docente regional a aproximadamente 30 anos.

A investigação foi realizada por meio de revisão bibliográfica e de pesquisa documental. O estudo da literatura sobre o tema, nos possibilitou conceituar formação docente e formação continuada, considerando sua importância no processo de ensino e aprendizagem e na autonomia docente. A análise documental nos levou ao trabalho com o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), com o Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO, 2015) e com os PME's dos seguintes municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia, Nazaré, Palmeiras, Santa Terezinha e Tocantinópolis.

Em relação aos PME's, buscamos saber o seguinte: todos os planos municipais tratam da formação continuada? Quais as referências de parcerias para a formação continuada? Quais planos municipais se referem ao Campus de Tocantinópolis ou UFT? A partir desses questionamentos desenvolvemos nosso trabalho.

Durante o meu estágio supervisionado e a participação no grupo de estudos tive curiosidades sobre a importância da formação continuada como contribuição para a atuação profissional dos professores, me fazendo assim questionar sobre esse tema e levantar algumas hipóteses referentes à relação das redes municipais e escolas com a Universidade. Assim, inicialmente a nossa primeira hipótese sugere que a comunidade não se sente parte da universidade. A segunda hipótese infere-se que falta interesse dos gestores em buscar parcerias com a UFT e, mesmo que compreendam a necessidade e importância da formação continuada, não conseguem estabelecer políticas públicas eficazes para a implementação de uma formação de qualidade para os professores das redes de ensino.

Portanto nessa pesquisa analisamos o papel da formação continuada e a necessidade da parceria com a Universidade Federal do Tocantins- UFT. Conceituamos formação continuada e buscamos relacionar os PME's, dos onze municípios da região Norte do Tocantins, com o PNE e o PEE, para contribuir com a compreensão sobre os caminhos da política de formação docente na região.

2. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DA FORMAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

2.1 Conceito de formação inicial e formação continuada docente

Ao falarmos de “formação” nos deparamos com dois campos da preparação para o magistério que fazem parte do desenvolvimento profissional dos professores: formação inicial e formação continuada. Antes de darmos início a definição conceitual é necessário compreender a diferença entre esses dois campos de ensino e destacar sua importância para a formação de professores.

[...] Por formação inicial entendem-se os processos institucionais de formação de uma profissão que geram a licença para o seu exercício e o seu reconhecimento legal e público. Os cursos de licenciatura, segundo a legislação brasileira, são os responsáveis pela formação inicial de professores para atuação nos níveis fundamental e médio e devem corresponder ao que a legislação propõe em relação aos seus objetivos, formatos e duração. Já a formação continuada refere-se a iniciativas instituídas no período que acompanha o tempo profissional dos professores. Pode ter formatos e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Nesse caso, os sistemas de ensino, as universidades e as escolas são as principais agências mobilizadoras dessa formação. (CUNHA, 2013, p.612)

Destacamos aqui o conceito e a diferença entre ambas as formações, porém em nossa pesquisa não iremos nos aprofundar no tema formação inicial, e enfatizamos que o foco principal do nosso trabalho é trazer uma abordagem sobre a formação continuada, suas características e a importância da parceria dessa formação continuada com a Universidade.

O conceito de formação continuada passa por diversas alterações ao longo do tempo, e é um processo contínuo de aprendizado, por esta razão é importante considerar a trajetória do professor observando as experiências obtidas desde o início da vida docente até a sua vida profissional na formação continuada.

A formulação sobre o conceito de formação continuada pode ser atribuída ao ato de realizar ou desenvolver atividades que possam contribuir com sua experiência profissional e sua aprendizagem no decorrer do ensino. Porém sabe-se que o termo “formação” passou por diversas mudanças e alterações de significados. Garcia (1999, p.19) destaca que a formação pode ser entendida como uma função social, como um

processo de desenvolvimento e da estruturação da pessoa, como indivíduo e como grupo participando de uma instituição.

Existem diferentes características apresentadas sobre formação ao longo do tempo por diversos autores, por esta razão Garcia (1999, p.19) menciona que: “o conceito de formação, é suscetível de múltiplas perspectivas. [...] A maioria associa esse conceito de formação ao de desenvolvimento pessoal”. Isso nos remete a todo um contexto histórico presente desde o início de sua vida escolar, passando pela formação acadêmica e pelo efetivo fazer docente, visto que, esse desenvolvimento pessoal é criado a partir de diferentes experiências que são vivenciadas por cada professor.

A formação continuada pode ter como base a interação entre os sujeitos e a troca de experiências profissionais com o objetivo de contribuir na qualidade do ensino e aprendizagem. De acordo com Garcia (1999, p.22) “A formação de professores representa um encontro entre pessoas adultas, uma interação entre formador e formando, com uma intenção de mudança, desenvolvida num contexto organizado e institucional mais ou menos delimitado”.

Essa formação tem o objetivo de ampliar o conhecimento dos professores, e contribuir para a profissão e o ensino de modo geral. Paula (2009, p. 66) destaca três dimensões que possuem relação com a formação de educadores apontadas por Nóvoa (1995): “desenvolvimento pessoal, desenvolvimento profissional, desenvolvimento organizacional”. A referida autora considera que “o processo de formação deve abarcar três dimensões: a pessoa do educador, seu desenvolvimento profissional e os saberes construídos por sua experiência profissional e, ainda, o contexto de trabalho dele.” (PAULA 2009, p.66)

Assim, pode-se considerar a formação como um processo de desenvolvimento contínuo e que venha contribuir com o perfil do profissional e com suas ações e planejamentos perante o ensino.

[...] a formação continuada corresponde a uma fase de formação permanente, incluindo todas as atividades planejadas pelas instituições e, até mesmo, pelos próprios profissionais, de modo a permitir o desenvolvimento pessoal e o aperfeiçoamento da sua profissão. A formação tem como objetivo levar o profissional a sanar dificuldades e deficiências diagnosticadas na sua prática social ou o aperfeiçoamento e o enriquecimento da competência profissional. (PAULA, 2009, p.67)

Existem diversas terminologias citadas para conceituar a formação de professores. Entre as quais Rodrigues (2004) destaca: reciclagem, capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, Educação permanente, formação continuada e Educação continuada. Notadamente essas denominações revelam concepções de educação e de trabalho docente.

Rodrigues (2004) explica que o termo reciclagem revela uma visão distorcida e equivocada da formação continuada. Nesse caso os profissionais do ensino são concebidos como tábulas rasas, eles apenas transmitem um determinado saber, que tem um prazo de validade e que não faz parte da sua realidade.

Da mesma maneira, o termo treinamento utilizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), remete ao que pode se tornar apto, a partir de habilidades e treinamentos e capacidades. Esse termo se torna inadequado ao pensar uma prática onde o professor está condicionado a executar e realizar determinados projetos ou habilidades de forma autoritária desconsiderando o contexto social, pois o profissional é um sujeito que possui suas próprias ideias, pensamentos e reflexões (RODRIGUES, 2004).

Aperfeiçoamento é um termo ligado a ideia de algo perfeito, de aperfeiçoar-se em alguma coisa, e não se adequa ao processo educacional, a formação continuada não é vista como algo concreto ela está sempre em construção e mudanças (RODRIGUES, 2004)

O emprego do termo “aperfeiçoamento profissional continuado” em segundo lugar na lista de condições asseguradas aos professores, à frente das condições adequadas de trabalho, do piso salarial e da inclusão na carga horária de tempo empregado em estudo, planejamento e avaliação, permite supor que a LDB prioriza uma lógica de desenvolvimento da carreira que se reduz a aperfeiçoar práticas, acentuando um viés supostamente técnico para esse movimento, sem esclarecer, porém, como isso ocorrerá e a quem caberá a promoção de tal aperfeiçoamento (CASTRO; AMORIM, 2015, p.43)

Capacitação é um termo que está ligado ao de reciclagem, desse modo a atividade profissional é vista como um treinamento dos professores, domínios em técnicas de ensino e desenvolvimento de suas habilidades. Castro e Amorim (2015) explicam que:

De fato, o histórico da formação continuada no Brasil antes da LDB remete a duas orientações que mais coexistiram do que se sucederam a partir dos anos 1970: a da reciclagem e a da capacitação. A primeira consistia,

principalmente, em atualizar os professores para que seus conhecimentos disciplinares alcançassem uma proximidade maior com a produção de conhecimentos científicos por parte das universidades. Tratava-se de uma espécie de atualização de conteúdos relacionados às disciplinas de ensino de cada um. A segunda, sem descuidar inteiramente dessa atualização, investia mais no treinamento dos professores no que se refere ao domínio de técnicas e à aplicação de recursos de ensino. (CASTRO; AMORIM, 2015 P.43)

Os termos: Educação permanente, formação continuada e Educação continuada são tratados juntos por possuírem semelhanças entre si, e diferem apenas em alguns aspectos. Elas valorizam o professor no processo de pesquisa, consideram e valorizam seus saberes e suas práticas pedagógicas. Portanto são os termos que mais se aproximam da ideia de socialização, processo de desenvolvimento contínuo e participação ativa no contexto social no qual o professor está inserido (RODRIGUES, 2004).

A formação continuada que defendemos é compreendida como um processo complexo e multideterminado que ganha materialidade em múltiplos(as) espaços/atividades, não se restringindo a cursos e/ou treinamentos, estimula a busca de outros saberes e introduz uma fecunda inquietação contínua com o já conhecido, motivando viver a docência em toda a sua imponderabilidade, surpresa, criação e dialética com o novo (PLACCO e SILVA, 2002 apud LIMA, AGUIAR, 2015, p.145).

Formação continuada de professores é um termo utilizado para as atividades que venham contribuir com o ensino, o desenvolvimento profissional, a pesquisa e o conhecimento individual e coletivo. Diante dessas afirmações fica evidente sua importância durante a vida profissional do professor e suas contribuições perante o ensino, é um processo que deve considerar as experiências, reflexões, ideias, e pensamentos críticos ou positivos para a construção de novas práticas pedagógicas que auxiliem a melhoria na qualidade do ensino.

A formação de professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou exercício- se implicam individualmente ou em equipe, em experiências, de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem. (GARCIA, 1999, p.26, grifo do autor)

Nesse sentido, reiteramos nossa compreensão de que a formação continuada não deve ser compreendida como algo a parte ou meramente preparatório para o exercício

do magistério. Considerando que o trabalho docente requer um aprendizado constante e um olhar vigilante sobre o que se faz, a separação entre a prática docente e a formação só pode ser feita como exercício de abstração. Efetivamente, a formação, como desenvolvimento profissional, deve ser permanente e compreendida como parte intrínseca do trabalho docente.

2.2 A formação docente: os saberes e a formação acadêmica

A formação docente está diretamente ligada a forma de ensino e as práticas pedagógicas que são utilizadas pelos professores durante sua vida profissional. No entanto, o que se observa diante dos estudos é que os saberes construídos pelos professores, assim como a sua formação acadêmica, influenciam em sua vida profissional e nas suas metodologias. Diante disto, as pesquisas realizadas “buscam resgatar o papel do professor, destacando a importância de se pensar a formação numa abordagem que vá além da acadêmica, envolvendo o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional da profissão docente”. (NUNES 2001, p. 28).

Existe a discussão acerca das metodologias utilizadas pelos professores, a maneira de trabalhar suas experiências individuais e profissionais e a contribuição de suas experiências de modo a valorizar o conhecimento e o ensino. Nessa perspectiva Nunes (2001) destaca que:

Passou-se a estudar a constituição do trabalho docente levando-se em conta os diferentes aspectos de sua história: individual, profissional etc. Percebe-se, então, uma "virada" nos estudos, que passam a reconhecer e considerar os saberes construídos pelos professores, o que anteriormente não era levado em consideração. Nessa perspectiva de analisar a formação de professores, a partir da valorização destes, é que os estudos sobre os saberes docentes ganham impulso e começam a aparecer na literatura, numa busca de se identificarem os diferentes saberes implícitos na prática docente. (NUNES, 2001, p. 29)

A valorização dos saberes, no entanto, não reduz ou elimina a importância da formação inicial acadêmica. Seguramente, o desenvolvimento profissional continuado e a construção de saberes, de forma intencional e consciente, com domínio teórico e prático sobre os mesmos, faz parte de um amplo processo formativo que não se resume a um cotidiano isolado de sala de aula. Durante o processo de formação inicial a

pesquisa, a discussão e leitura de textos contribuem diretamente com a formação acadêmica inicial e com a construção do nosso ponto de vista crítico e reflexivo.

Na formação docente os professores compartilham suas experiências e aprendizagens, explanam objetivos, propósitos e as críticas que podem ser construídas e compartilhadas no espaço escolar, desse modo, contribuem para a construção de novos métodos de ensino. Esses conhecimentos obtidos durante a formação auxiliam nossas práticas pedagógicas, de modo a atuar no espaço escolar e conseguir realizar atividades de acordo com o contexto social ao qual estamos inseridos.

Como constatado por Ávalos (2011), partindo para o ambiente educacional verifica-se que os professores, na maioria das vezes, agem sozinhos nas decisões ou escolhas que dizem respeito a sua turma, aos seus alunos e aos métodos que vai utilizar em sua sala de aula, pois, apesar da constante busca e fala sobre essa troca de experiências o que se vê na prática é um professor contratado para trabalhar com uma disciplina e turma específica e tomando suas decisões na maior parte das vezes sozinho. Na observação da autora é observado que os professores muitas vezes trocam experiências em alguns espaços dentro da escola, só que na maioria das vezes essas opiniões não são levadas para o coletivo e não se tornam concretas. (ÁVALOS, 2011.)

Diante do exposto fica claro que devemos trabalhar com o processo de interação, informação e compartilhamento de ideias que venham contribuir com o ensino. Esses aspectos se relacionam com a proposta da comunidade de prática onde o objetivo principal é trazer mudança a partir do trabalho coletivo e participação de todos os profissionais envolvidos.

Respecto a culturas académicas y al apoyo de líderes institucionales, existe una importante base de investigaciones y de experiencias prácticas que muestran como distintos tipos de estructuras facilitan o hacen difícil la comunicación. [...] Una serie de características contribuyeron a las diferencias observadas respecto a la capacidad de interactuar y colaborar entre sí de los docentes y el grado en que se observó aprendizaje informal: las estructuras jerárquicas, la tradición del establecimiento, las oportunidades ofrecidas para el intercambio de ideas y la puesta en práctica de ellas. (ÁVALOS, 2011, p.241)

Observando essas características fica evidente que o trabalho, a experiência e a interação que surge diante do meio educacional depende também de sua estrutura e do modo como é reproduzido as oportunidades, e tudo isso se trata também de uma questão cultural onde o espaço propõe o ensino e o diálogo de acordo com suas especificidades.

Portanto, naturalmente, um espaço mais aberto ao diálogo e a comunicação está propício a receber uma maior participação dos professores.

Um ponto fundamental para a tomada de posição do sistema educacional e seus agentes, com a efetiva adequação da escola às necessidades sociais de conservação ou transformação, está no papel desempenhado pelo professor como um agente promotor da mudança social. (OLIVEIRA, 2010, p.56)

Conforme o magistério tomava forma o professor se moldava e assumia um restrito papel, aquele de instruir e repassar ensinamentos. O professor passou a ter a função de educar e formar pessoas, além de repassar diferentes pontos de vista sobre sua atuação no ambiente escolar. Por esta razão, não poderíamos deixar de mencionar as características que surgem no meio educacional e suas transformações ao longo do tempo, pois, a educação é também um reflexo das mudanças que ocorreram em nossa sociedade. Segundo Oliveira (2010, p.53) “dependendo da sociedade e da conjuntura histórica, a educação tende a desempenhar funções dinâmicas ou estáticas, sendo variavelmente (e à revelia dos desejos) um fator de conservantismo ou inovação”.

A educação tem o papel inovador e é responsável pela grande mudança social na vida do sujeito através da escola, e dos princípios básicos no qual está fundamentada. A formação continuada traz consigo a ideia de que a formação dos professores não se encerra com a conclusão de um curso preparatório inicial, mas diz respeito à necessidade de formação permanente dos professores, a um constante aperfeiçoamento.

Portanto, pode-se dizer que a formação continuada é o momento de reflexão e socialização dos educadores, é um espaço para afirmação, ressignificação e ampliação dos conhecimentos adquiridos durante a formação inicial. Reconhecendo a ligação entre formação continuada e formação inicial podemos dar início a uma educação de maior qualidade dentro das instituições de ensino.

De acordo com Vial e Heen(2013 p.15) :

A formação continuada é uma exigência nas atividades profissionais do mundo atual, não podendo ser reduzida a uma ação compensatória de fragilidades da formação inicial. A Universidade tem também um papel de compromisso com a formação continuada dos docentes. As instituições universitárias se limitam a ensinar o futuro professor a tomar decisões que visam a aplicação técnica de conhecimentos científicos, como se assim fosse possível solucionar problemas da vida real. Não tem como falar em educação de qualidade sem mencionar uma formação continuada aos professores, juntamente com a formação inicial, uma questão fundamental nas políticas públicas para a educação.

Observando o ambiente educacional nota-se a importância de uma política de formação continuada que busque valorizar o trabalho do profissional da educação como um trabalho intelectual. Uma política de formação continuada que possa envolver o grupo docente, as redes de ensino (estadual e municipal) e também as Instituições de ensino superior (IES) que fazem pesquisa e desenvolvem a formação inicial docente. Portanto, todas essas instituições de ensino podem contribuir para o processo de formação continuada dos professores.

As IES, mais do que formar o profissional para o mercado de trabalho, possuem o papel principal de formar um sujeito pensante, crítico e participativo. A universidade tem a função de lidar com o conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa relação do professor da educação básica com a universidade, mesmo após a conclusão da sua formação inicial básica, favorece à compreensão do contexto escolar como uma realidade mais ampla, favorece na preparação do educador enquanto um sujeito crítico e consciente do seu papel como profissional da educação e como sujeito ativo dentro da sociedade.

É importante também destacar que a universidade deve abrir espaço para a informação e o conhecimento sobre a formação continuada, e que as redes de ensino trabalhem essa formação como um local aberto à pesquisa e a troca de experiências, onde todos os profissionais possam entender seu papel como sujeito independente e pesquisador, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino, da formação e da valorização do seu trabalho. Por esta razão é necessário que haja compreensão dos futuros professores e de todo o professorado sobre a importância da parceria entre a universidade e as escolas, visto que, ambas possuem a missão de informar e contribuir com o conhecimento.

2.3 Aspectos teóricos e práticos no perfil profissional dos professores

A discussão sobre o perfil profissional do professor aparece em várias perspectivas educacionais, apresentando o professor como competente, técnico, prático, teórico, sujeito que toma decisões, reflexivo, etc. Essas atribuições podem variar de acordo com suas abordagens, e metodologias de ensino.

O campo da formação de professores ao final do século XX viu chegar novos termos e conceitos referentes aos professores, sua formação e seu trabalho. Expressões como: epistemologia da prática, professor-reflexivo, professor-pesquisador, saberes docentes, conhecimentos e competências passaram a fazer parte do vocabulário corrente da área. Apreciados ou não, esses novos termos e conceitos se incorporaram aos debates sobre a Educação e, particularmente, sobre a formação dos professores. (ALVES, 2007, p.265)

Na formação continuada os aspectos teóricos e práticos ficam em evidência devido duas demandas existentes: uma se trata do domínio dos conteúdos correspondente as disciplinas na qual o docente irá lecionar, e a outra é a efetivação do preparo pedagógico. O professor vive em busca constante por sua identidade profissional, e ao longo do tempo surgem novas metodologias de ensino que caracterizam o ambiente escolar e começam a fazer parte da sua rotina em sala de aula.

A formação continuada de caráter reflexivo, considera o professor sujeito da ação, valoriza suas experiências pessoais, seus saberes da prática, além de no processo, possibilitar-lhe que atribua novos significados à sua prática e ainda compreenda e enfrente as dificuldades com as quais se depara no dia-a-dia. (VIAL; HEEN, 2013, p.15)

Nesse contexto entramos na discussão sobre teoria versus prática, onde é exigido do professor que consiga fazer essa articulação de forma adequada. Mas qual seria a melhor forma de ensinar? Como saber que tipo de profissional se tornar para atuar em sala de aula? É inevitável não trazer essas perguntas quando se está em período de formação, ou atuando em alguma instituição de ensino, e essas discussões podem ser abordadas no momento da formação continuada, seja pra tirar dúvidas ou compartilhar experiências.

Desde a graduação existe a preocupação sobre a teoria e a prática, porém o que se compreende é que esses dois campos não se separam. Não teria como fazer uma abordagem prática em sala de aula sem considerar seus conhecimentos teóricos.

A educação possui o dever e o desafio de responder as demandas que são colocadas de acordo com os contextos, e por isso um dos desafios da docência seria de formar um pensamento crítico sobre a ação teórica e prática.

É importante que o professor compreenda que tipo de prática pedagógica irá utilizar, para quem ele irá ensinar, o por quê e para quê ensinar. Essas são questões que ele irá se deparar durante toda a sua atuação docente. “A atividade teórica por si só não leva à transformação da realidade; não se objetiva e não se materializa, não sendo, pois, práxis. Por outro lado, a prática também não fala por si mesma, ou seja, teoria e prática são indissociáveis como práxis”. (PIMENTA, 2005, apud SANTOS; FRISON, 2014 p.24)

A formação dos professores se destaca na busca por métodos que auxiliem na construção de conhecimentos e na valorização do profissional. Portanto, para alcançar um ensino de maior qualidade, é necessário enfatizar a importância da teoria e da prática docente como duas áreas que se completam.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUAIS DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste segundo capítulo buscamos contextualizar a região norte do Tocantins, as cidades que farão parte da pesquisa e a Universidade Federal do Tocantins- UFT. Buscamos observar os aspectos educacionais, afim de compreender a relação e a busca de parceria com a UFT para a realização da formação continuada.

A pesquisa realizada tem caráter documental, e se baseia na coleta de dados junto aos seguintes documentos: PNE, PEE, e PME's. O problema da nossa pesquisa foi encontrado a partir do estudo bibliográfico desses documentos, e nos auxiliou a encontrar algumas respostas que tratam diretamente da indicação de parceria da UFT no processo de formação continuada.

Compreendendo a importância da pesquisa Prodanov e Freitas (2013, p.102) destacam que: Pesquisar não é apenas coletar dados, mas não podemos falar em pesquisa sem falar em coletá-los. Os “dados”, em uma pesquisa, referem-se a todas as informações das quais o pesquisador pode se servir nas diferentes etapas do trabalho.

A escolha de realizar a pesquisa nessa região e especificamente com os onze municípios mencionados anteriormente, ocorreu a partir da localização geográfica do Campus UFT. Optamos em escolher cidades do Bico do Papagaio que fossem próximas ao campus e o tivessem como referência para cursos de graduação e especialização.

Para o levantamento de dados buscou-se analisar a meta 16 do PNE e as metas correspondentes, que tratam especificamente da formação continuada, nos Planos Municipais e Estadual. Nosso estudo concentrou-se em levantar as referências sobre formação continuada nas metas e estratégias desses planos de educação e, particularmente no caso dos planos municipais, buscamos identificar as possíveis parcerias para essas formações. O intuito é diagnosticar quais desses planos buscam parcerias com a UFT, visto que, o Campus de Tocantinópolis existe há muitos anos na modalidade presencial, tem as licenciaturas como área de atuação e fica próximo às cidades mencionadas.

3.1 – A região do Bico do Papagaio

O estado do Tocantins é formado atualmente por 139 municípios, com uma população, de acordo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o último censo em 2010, de 1,383.445 de habitantes. A região do Bico do Papagaio é composta por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

O Rio Tocantins foi um dos caminhos para o conhecimento e a exploração da região onde hoje se localiza o Estado do Tocantins. O Estado abrange diversas bacias hidrográficas, com destaque para os rios Tocantins e Araguaia, que percorrem paralelamente quase que por todo o estado e “encontram-se” literalmente na região, formando o limite entre os estados do Tocantins, Maranhão e Pará e formando o “Bico do Papagaio” na cidade de Esperantina, TO.

A região do Bico do Papagaio é uma área de transição entre a fauna e a flora do cerrado e da Amazônia. A região pertencia ao estado de Goiás e passou um longo período de isolamento regional, o que serviu como argumento para a emancipação política do estado do Tocantins.

Com a criação do estado do Tocantins em 1988, muitos municípios foram desmembrados dando origem a vários outros. Tocantins é o mais novo estado brasileiro, sendo instalado em 1º de janeiro de 1989, emancipado de Goiás.

A luta pela autonomia política do norte goiano, já conhecido como Tocantins, em referência ao rio de mesmo nome, se intensifica em 1987.

Dentre os 25 municípios existentes na região norte do Tocantins, será realizado a contextualização apenas de 11 municípios que fazem parte da pesquisa, focando principalmente nos aspectos educacionais de cada um. São eles: Aguiarnópolis, Ananás, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, e Tocantinópolis. Como já

frisado anteriormente, a opção pelo recorte da pesquisa com esses onze municípios, se justifica pela proximidade geográfica dos mesmos ao campus da UFT, instalado no município de Tocantinópolis.

3.2- Municípios

O município de Aguiarnópolis localiza-se no norte do estado do Tocantins, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) sua população em 2010, de acordo com o último censo, era de 5.162 habitantes. O município possui uma taxa de escolarização de 96,9%, o IDEB nos anos iniciais (Rede Pública) no ano de 2019 foi de 4,8; nos anos finais o IDEB em 2019 foi de 3,7. No ano de 2020 havia 841 matrículas no ensino fundamental, e 240 matrículas no ensino médio. O corpo docente (2020) contava com 49 docentes no ensino fundamental, e 23 docentes do ensino médio. O município possui 3 escolas de ensino fundamental, e 1 escola de ensino médio.

Ananás é um município localizado ao norte do estado do Tocantins, na região do bico do papagaio. O nome de Ananás foi escolhido devido a esta ser planta nativa da região, quando ali se iniciou a povoação. Em 2010 sua população era de 9.865 habitantes, e a densidade demográfica é de 6,26 hab/km². A taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade, em 2010 no município é de 98,7%, o IDEB (2019) nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública (2019) foi 5,2, nos anos finais do ensino de fundamental o IDEB (2019) foi 4,5. Em 2020 o número de matrículas no ensino fundamental foi 1.585, e no ensino médio 465 matrículas. O corpo docente contava com 68 profissionais no ensino fundamental, e 23 docentes no ensino médio. O município conta com 7 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio.

Cachoeirinha é um pequeno município localizado no norte do estado Tocantins, de acordo com dados do IBGE sua população estimada no censo de 2010 é de 2.148 habitantes. A taxa de escolarização do município (2010) é de 98,7% de acordo com o IBGE. O IDEB (2019) nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública é de 4,7, nos anos finais do ensino fundamental é de 3,7. Houve 379 matrículas no ensino fundamental em 2020, e no ensino médio 80 matrículas. O corpo docente conta com 22 profissionais no ensino fundamental e 12 profissionais no ensino médio. O município conta com 3 escolas de ensino fundamental, e 1 escola de ensino médio.

Darcinópolis está localizado ao norte do estado do Tocantins e se torna a porta de entrada para a região do bico do papagaio, foi criada em cinco de outubro de 1989 e

instalada em 1º de janeiro de 1993. O crescimento econômico levou o povoado à sua municipalização. Sua população em 2010 era de 5.273 habitantes. A taxa de escolarização em 2010, é de 93,7%, o IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental (2019) alcançou nota 4,8, e nos anos finais do ensino fundamental nota 4,9. Em 2020 houve um total de 1.096 matrículas no ensino fundamental, e 254 matrículas no ensino médio. O corpo docente é composto por 220 profissionais no ensino fundamental e 20 docentes do ensino médio. O município conta com 5 estabelecimentos de ensino fundamental, e 1 estabelecimento de ensino médio.

O município de Itaguatins, localiza-se no extremo norte do Tocantins, situada a 28 km a Sul-Oeste de Imperatriz a maior cidade nos arredores. De acordo com o último censo realizado em 2010 pelo IBGE contava com 6.029 habitantes. A taxa de escolarização (2010) na idade de 6 a 14 anos é de 95%, o IDEB (2019) nos anos iniciais do ensino fundamental registra nota de 3,9 nos anos finais do ensino fundamental nota 4,0. O número de matrículas em 2020 no ensino fundamental foi de 887, no ensino médio foram 169 matrículas. O corpo docente do ensino fundamental conta com 54 profissionais, e do ensino médio 11. O município possui 11 escolas de ensino fundamental e 1 escola de ensino médio.

Luzinópolis é um pequeno município localizado na região norte do Tocantins, na micro região do bico do papagaio. O sistema habitacional ainda é bastante precário, e, apesar de pobre em recursos, a região é rica em paisagens naturais. Sua população de acordo com o último censo em 2010 contava com 2.622 habitantes. A taxa de escolarização do município (2010) na idade de 6 a 14 anos é de 99%, o IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental obteve nota 4,9, e nos anos finais do ensino fundamental nota 4,9. Em 2020 houve 558 matrículas no ensino fundamental e 116 matrículas no ensino médio. O corpo docente composto por 29 docentes no ensino fundamental e 15 no ensino médio. O município possui 2 escolas de ensino fundamental e 1 de ensino médio.

Maurilândia do Tocantins também localizada na região norte do estado, na micro região do bico do papagaio, esse município se estende por 736,303 km² e contava com 3.154 habitantes no último censo em 2010. A taxa de escolarização (2010) é 97,9%, o IDEB registra nota de 4,5 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,0 nos anos finais do ensino fundamental. Em 2020 houve 630 matrículas no ensino fundamental e 147 matrículas no ensino médio. O corpo docente conta com 38 docentes

no ensino fundamental e 10 no ensino médio. No município há 4 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 de ensino médio.

A cidade de Nazaré inicialmente era conhecida como um lugarejo vinculado a cidade de Tocantinópolis. Com o crescente desenvolvimento do povoado a câmara municipal de Tocantinópolis, por força da lei nº 86 DE 1º de outubro de 1953, concedeu-lhe autonomia distrital, alterando o patrimônio para Nazaré. De acordo com o IBGE no último censo realizado em 2010 havia em dados populacionais 4.386 habitantes. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade foi 98,6%, o IDEB (2019) registra nota de 5,0 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,5 nos anos finais do ensino fundamental da rede pública. Em 2020 houve 736 matrículas no ensino fundamental, e 198 matrículas no ensino médio. O corpo docente é composto por 67 profissionais no ensino fundamental e 23 docentes no ensino médio, o município possui 7 escolas de ensino fundamental e 3 escolas de ensino médio em 2020.

O município de Palmeiras do Tocantins se estende por 743,707 km² e contava com 5.740 habitantes no último censo em 2010. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010 é de 97,1%, o IDEB (2019) registra nota de 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental, e 4,4 nos anos finais do ensino fundamental. As matrículas do ensino fundamental em 2020 são 844, e o ensino médio alcançou 207 matrículas. O corpo docente é composto por 46 docentes do ensino fundamental e 15 do ensino médio. O município conta com 5 escolas de ensino fundamental e 1 escola de ensino médio.

Santa Terezinha está localizada ao norte do estado Tocantins, na micro região do bico do papagaio. O município se estende por 274,104 km² e contava com 2.474 habitantes no último censo. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010 é de 98,4%, o IDEB (2019) possui nota 5,1 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,3 nos anos finais do ensino fundamental. As matrículas no ensino fundamental em 2020 foram 365, e no ensino médio houve 91 matrículas. O corpo docente é composto por 24 docentes no ensino fundamental e 8 no ensino médio. O município conta com 3 escolas de ensino fundamental e 1 escola de ensino médio.

A cidade de Tocantinópolis fica localizada no norte do Tocantins às margens do rio que leva o nome do estado. Até o ano de 1943 a cidade era conhecida como Boa Vista do Padre João. O município é o 9º do estado a nível de população e de acordo

com o último censo realizado em 2010 pelo IBGE contava com 22.619 habitantes. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010 é de 98,8%, o IDEB (2019) registra nota 5,3 nos anos iniciais do ensino fundamental, e 4,2 nos anos finais do ensino fundamental. Em 2020 foram realizadas 3.892 matrículas no ensino fundamental e 951 matrículas no ensino médio, sendo o corpo docente composto por 212 profissionais no ensino fundamental e 71 no ensino médio. O município conta com 28 escolas de ensino fundamental e 6 de ensino médio.

3.3- UFT campus de Tocantinópolis

O campus de Tocantinópolis, situado ao norte do estado do Tocantins, localiza-se à 517 km da capital (Palmas), a partir do ano de 2000 a cidade passou a ser um dos polos da Universidade Federal do Tocantins, instituição de ensino superior pública. De acordo com dados do Projeto Político Pedagógico (PPP), do curso de Pedagogia, o campus já existia desde o ano de 1970 e já era espaço de formação de professores.

O Campus de Tocantinópolis teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP). Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS) que, de certa forma, continuou formando professores, todavia em nível superior, ofertando o Curso de Pedagogia (PPP, 2007, p.11)

As exigências trazidas pelas políticas educacionais fizeram com que o Centro de Formação de Professores Primários (CFPP) encerrasse as atividades e repassasse parte de suas instalações e mobiliários à recém criada Universidade do Tocantins (UNITINS), em Tocantinópolis. O curso de pedagogia foi autorizado a funcionar pelo Decreto 2.021 de 27 de dezembro de 1990, tendo, contudo, a entrada da primeira turma no ano de 1991.

Durante o período de 07 anos, desde 1991 a 1998, o campus ofertou o curso de licenciatura plena em Pedagogia em regime anual, elaborado em conjunto com a universidade de Goiás. O curso habilitava professores para o exercício da docência nos anos iniciais e disciplinas do curso normal médio. Em 2007 com o acordo de um novo Projeto Pedagógico em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, e o curso de Pedagogia passa a formar para a docência nos anos iniciais, na educação infantil e para a gestão.

Diante das discussões apresentadas para a permanência do campus em Tocantinópolis, deu-se a participação do professorado com projetos de extensão e capacitações de professores, a partir daí deu início a realização de grupos de estudo que tinha como objetivo discutir a formação continuada, e a ideia do professor reflexivo. Segundo Rocha (2011, p. 34) “O campus de Tocantinópolis viveu um momento de consolidação das ações de extensão e pesquisa, fortalecendo o ensino na perspectiva da formação humana, ética e crítica”. Durante a trajetória do campus, observa-se que a

docência passou a estar cada vez mais ligada a educação básica, desde os trabalhos orientados na graduação, estágios supervisionados, aos trabalhos para as secretarias estadual e municipais do estado do Tocantins.

Atualmente o campus de Tocantinópolis conta com cinco cursos de graduação, sendo quatro de licenciatura: Ciências Sociais, Educação do Campo, Educação Física e Pedagogia e um bacharelado: Direito. Conta também com dois cursos de pós-graduação: Especialização em Gestão e Organização do Trabalho Escolar; e Especialização em Educação Infantil.

Atualmente existe o processo em curso de transição da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A ideia da criação da UFNT, surgiu em 2015 com movimentos dos estudantes, professores, e servidores que, a partir do desmembramento do Campus de Araguaína e Tocantinópolis da UFT, conquistariam autonomia financeira e pedagógica para se tornar uma nova universidade. Desde o ano de 2020 estão sendo convocados os profissionais que irão compor as comissões centrais e os grupos de trabalho que irão fazer parte dessa nova Universidade. Com a criação da UFNT pela Lei nº13.856, de 8 de julho de 2019, foram absorvidas toda a estrutura física e de pessoal dos dois Campus, além de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

Desse modo poderão ser criados novos cursos no Campus atual e também vagas para servidores, a UFNT busca desenvolver novas oportunidades para alunos e servidores, além de crescer no âmbito de pesquisas, se tornando referência para a região norte do estado.

O Campus de Tocantinópolis, trouxe para a região do bico do papagaio expectativas de crescimento educacional, populacional e econômico. Com o crescimento do Campus e a ampliação na oferta dos cursos de graduação, a cidade de Tocantinópolis se tornou o foco central para formação docente, dessa forma, a população dos municípios circunvizinhos também teve uma maior oportunidade nos processos de formação. Portanto, a implementação da UFT em Tocantinópolis-TO trouxe benefícios no que se trata de qualificação dos professores, e se tornou referência para a formação docente.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS: AÇÕES, ORIENTAÇÕES E PARCERIAS

No terceiro capítulo apresentamos os resultados da análise sobre formação continuada como meta do planejamento educacional, no Brasil, no estado do Tocantins e em municípios da região do Bico do Papagaio. Mais especificamente, procuramos observar as possíveis parcerias indicadas nos onze planos municipais que citamos anteriormente e que fazem parte da região norte do estado do Tocantins.

Entendemos que o Plano Nacional da Educação- PNE, possui o objetivo de traçar metas e direcionar estratégias para a melhoria na qualidade de ensino, além de ser um grande marco para as políticas públicas de educação no Brasil. A partir do PNE, os estados e municípios elaboram seus planejamentos alinhados às metas nacionais, levando em conta as especificidades e demandas de cada local.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania. (BRASIL, 2015, p.09)

O PNE (2014-2024) possui o objetivo de contribuir com a educação e todos os seus direitos, por esta razão ele possui metas e estratégias que visam alcançar esse objetivo até o ano de 2024. Para avaliar o processo de execução das metas propostas, a lei do PNE atribui ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a função de realizar pesquisas a cada dois anos que irão analisar o cumprimento dessas metas. (BRASIL, 2014)

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1

(um) ano a partir da aprovação do PNE de acordo com o Art. 8º da Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. (BRASIL, 2014 Art. 8º)

O PNE, busca diminuir as desigualdades sociais e econômicas garantindo a todos direitos iguais a educação, além da universalização da mesma. Com isso, sugere que todos os entes federados e as Instituições de ensino contribuam para criação de políticas públicas que irão buscar essa igualdade e democracia, colaborando para a qualidade da educação.

O PEE (TOCANTINS, 2015) foi estabelecido pela Lei Nº 2.977, de 8 de julho de 2015, um ano após a aprovação do PNE, o objetivo é conduzir as políticas públicas da educação de acordo com a realidade do Estado, o PEE do Tocantins possui 24 metas, sendo 04 a mais do que o PNE.

O PNE foi publicado em 2014, e estabeleceu o prazo de 01 ano para que Estados e Municípios elaborem suas leis, de acordo com a realidade de cada local. Em 2015 o PEE e os PME's foram publicados. Os 11 Planos Municipais mencionados nesta pesquisa, foram publicados conforme o prazo estabelecido pelo PNE.

No contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 10º verifica-se que a elaboração e execução de políticas e planos educacionais, devem estar de acordo com as diretrizes do PNE, visando a integração e coordenação das suas ações e dos seus Municípios. (BRASIL, 1996)

4.1 Os Planos Municipais de Educação e a formação continuada

Primeiramente, realizamos um levantamento junto aos planos de educação (estado e municípios) no sentido de identificar o tratamento que é dado à formação continuada. Por esta razão analisamos a meta 16 do PNE que trata da pós-graduação e formação continuada, e observamos as mudanças e alterações existentes no PEE e nos PME's.

O PNE possui 20 metas e estratégias que indicam quais caminhos devemos seguir e percorrer por meio das políticas públicas para o desenvolvimento educacional do país. Os Estados, Municípios e Distrito Federal devem ter coerência com o PNE,

porém cada local se adequa a sua realidade. O PEE diferente do plano nacional possui 24 metas, e a meta que se relaciona com FC é a meta 20.

Após análise e leitura dos PME's notamos que existe uma espécie de cópia das metas e estratégias do PNE, desconsiderando assim a ideia de que cada município deve construir suas metas e estratégias de acordo com sua demanda e necessidade.

Através da pesquisa buscamos relatar e descrever a existência da formação continuada em cada município e as parcerias que as instituições de ensino procuram para auxiliar nessa formação. O diagnóstico realizado está explanado nos quadros 1 e 2, e trazem dados que são de fundamental importância para a compreensão geral dos Planos utilizados no decorrer do trabalho, além de abordar de modo geral os municípios que buscam ou fazem algum tipo de parceria com a UFT no processo de formação continuada.

Como já citado nos capítulos anteriores, a formação continuada é a continuação do trabalho do educador, e o caminho para que o educador aprimore seus conhecimentos e utilize esse espaço para compartilhar suas ideias e suas experiências durante sua atividade profissional. Para a realização dessas atividades pressupõe-se que as secretarias municipais de ensino, além das iniciativas das escolas e da rede de ensino, busquem parcerias com as IES, afim de ampliar as atividades que contribuam com o desenvolvimento profissional permanente dos professores.

A partir da coleta e da análise de dados da pesquisa, fica evidente que os 11 planos municipais, propõe poucas parcerias para a formação continuada e, não consideram a UFT de Tocantinópolis como parceiro prioritário nas suas estratégias, mesmo este sendo campus referência para a microrregião do bico do papagaio.

No quadro I será representado a análise das ações que se referem a formação continuada, quantidade de metas e estratégias nos PME's e PNE, buscando trazer informações gerais sobre cada plano abordado durante a pesquisa. Essas informações nos auxiliam a compreender os dados sobre a FC e sua utilização nos PME's.

Inicialmente observamos algumas diferenças e divergências em relação aos planos municipais que estão citados em nossa pesquisa. A primeira diferença se trata da mudança na numeração da meta, que é observada em alguns planos municipais e também no plano estadual. A meta 16, referente a FC no PNE, é também a meta que

trata deste assunto nos PMEs de Aguiarnópolis, Ananás, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Santa Terezinha e Tocantinópolis. Apenas três PMEs não apresentam a mesma posição da meta, sendo os PMEs de Maurilândia no qual está localizada na meta 14, Nazaré localizada na meta 12, e Palmeiras que está localizada na meta 18. Por conseguinte, no PEE encontramos a referência à FC situada na Meta 20.

Quando analisamos o número de estratégias apresentadas por cada município, relacionada à meta correspondente à formação continuada, observamos que as manifestações são bastante variadas, em certo sentido podemos relacionar essas manifestações a estruturação de uma política local que visa o desenvolvimento profissional docente. Nesse sentido, verificamos que, assim como o PEE do Tocantins, dois dos municípios estudados (Cachoeirinha e Palmeiras do Tocantins) relacionam mais de 10 estratégias para formação continuada, cinco, a exemplo do PNE, apresentam entre cinco e nove estratégias e três apresentam de duas a quatro estratégias. A princípio, um número menor de estratégias, sinaliza para uma possível redução de ações referentes ao tema.

No entanto, em grande medida observamos que a formação continuada é uma expressão bastante presente em todos os planos analisados. Como podemos notar no quadro I, com exceção do município de Ananás em que a expressão se limita à meta correspondente, para todos os demais a expressão “formação continuada” é também utilizada em outras metas. Notamos que a exemplo do PEE do Tocantins, a maioria dos planos municipais analisados faz várias referências à formação continuada no conjunto do documento, revelando que, pelo menos em tese, essa formação tem sido compreendida como uma ação importante para o conjunto da política de educação local.

QUADRO 1- ANÁLISE DAS AÇÕES REFERENTE A QUANTIDADE DE METAS NO PNE E NOS PME’S, NÚMERO DE ESTRATÉGIAS E NÚMERO DE VEZES QUE APARECE A PALAVRA “FORMAÇÃO CONTINUADA”

PLANOS	Nº DE METAS DO PLANO	META (ESPECÍFICA) QUE TRATA DA FC	Nº DE ESTRATÉGIAS REFERENTE À FC NA META CORRESPONDENTE	Nº DE VEZES QUE APARECE A PALAVRA FC NO CONJUNTO DO PLANO E NA META CORRESPONDENTE

PNE – BRASIL (2014-2024)	20	16	06	07
PEE- TOCANTINS (2015-2025)	24	20	12	27
PME- AGUIARNÓPOLIS (2015-2025)	20	16	06	18
PME – ANANÁS (2015-2025)	20	16	04	04
PME- CACHOEIRINHA (2015-2025)	20	16	11	15
PME- DARCINÓPOLIS (2015-2025)	20	16	05	18
PME – ITAGUATINS (2015-2025)	21	16	2	17
PME- LUZINÓPOLIS (2015-2025)	20	16	09	17
PME- MAURILÂNDIA (2015-2025)	22	14	06	22
PME- NAZARÉ (2015-2025)	20	12	03	12
PME- PALMEIRAS (2015-2025)	22	18	13	30
PME- SANTA TEREZINHA (2015-2025)	20	16	02	15
PME- TOCANTINÓPOLIS (2015-2025)	22	16	05	16

Fonte: Elaboração própria (2020), com dados dos PMEs.

Como já foi mencionado, os estados e municípios devem ter coerência com as metas e as diretrizes de acordo com o PNE, e, portanto, é preciso considerar sua organização durante a elaboração. Para realizar a pesquisa dos dados precisamos revisar os documentos, e considerar todas as informações extraídas dos PMEs, PNE e PEE.

É impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. No entanto, torna-se, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas fontes que podem nos esclarecer sobre uma determinada situação. Desta forma, é fundamental usar de cautela e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende fazer análise. (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.8)

Sabemos que os PMEs são elaborados para se adequar com as mudanças de acordo com a realidade local, porém a maioria dos planos municipais estudados não seguem o modelo do PEE, e em grande maioria os PME's fazem uma réplica das metas

e estratégias do PNE, desse modo podem afetar a efetividade do plano para sua localidade.

Na sua maioria os PME's analisados mostram algumas especificidades em relação às estratégias direcionadas para a formação continuada, porém, o PME de Aguiarnópolis – TO, apresenta apenas uma cópia do PNE, já o PME de Itaguatins apesar de também se apresentar como uma réplica do PNE faz a alteração na meta específica acrescentando 2 estratégias que se relacionam com a demanda dos municípios, na estratégia 16.2 consta que será realizado um diagnóstico da necessidade da formação continuada no município, e na estratégia 16.8 existe a garantia de concessão para ajuda de custo para que os professores na formação consigam se deslocar para outro município.

Quando nos referimos as ações de cada município para a realização da FC, observamos a quantidade de estratégias utilizadas para que se alcance tal resultado. Portanto, diante dos dados apresentados observa-se a necessidade da elaboração de estratégias que contribuam com o processo de formação continuada e garanta a sua efetividade.

4.2 Os Planos Municipais de Educação e as parcerias para formação continuada

Será apresentado no quadro II dados que nos informam sobre as referências de parcerias para a formação continuada em todos os planos municipais estudados. Ficou evidente que todos os PME's tratam da formação continuada e que sua maioria propõe parcerias, o que nos chama atenção é o fato de que muitos não mencionam o nome da Instituição de ensino no qual irão realizar essa parceria, apenas declaram que será uma instituição pública ou Privada.

Os municípios de Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, Maurilândia e Palmeiras mencionam realizar parcerias em colaboração com professores e instituições de ensino públicas, porém não mencionam nenhum nome. O município de Luzinópolis destaca a busca por parcerias junto com instituições de ensino privada. Já os municípios de Ananás e Santa Terezinha não buscam e nem mencionam parcerias com nenhuma instituição de ensino.

Sabendo sobre a importância de realizar parcerias com instituições de ensino para que haja benefícios teóricos e práticos para os professores, bem como um espaço onde as experiências dos profissionais de educação possam ser compartilhadas, nossa pesquisa se direciona para o Campus da UFT em Tocantinópolis. De acordo com as informações recolhidas apenas os PME's de Nazaré e Tocantinópolis mencionam a UFT como parceira, nenhum, no entanto, cita diretamente o Campus de Tocantinópolis.

QUADRO 2- ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DE PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES OU CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS- UFT.

MUNICÍPIO	TRATA DA FC	REFERÊNCIA DE PARCERIAS P/ FC	SE REFERE AO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS OU UFT?
PME- AGUIARNÓPOLIS (2014-2024)	Sim	Parceria com Instituições Públicas (nome não mencionado)	Não
PME – ANANÁS (2014-2024)	Sim	Parceria não mencionada	Não
PME- CACHOEIRINHA (2014-2024)	Sim	Parceria com Instituições Públicas (nome não mencionado)	Não
PME- DARCINÓPOLIS (2014-2024)	Sim	Parceria com Instituições Públicas (nome não mencionado)	Não
PME- ITAGUATINS (2014-2024)	Sim	Parceria com Instituições Públicas (nome não mencionado)	Não
PME- LUZINÓPOLIS (2014-2024)	Sim	16.2- Aderir e participar dos programas de formação continuada oferecidos pelas instituições públicas e buscar parcerias junto as instituições privadas.	Não
PME- MAURILÂNDIA (2014-2024)	Sim	Parceria com Instituições Públicas (nome não mencionado)	Não
PME- NAZARÉ (2014-2024)	Sim	12.1- Promover a divulgação e incentivo junto aos professores - Educação Básica informações sobre cursos de Pós-Graduação ofertados por Universidades UFT, UAB Universidade Aberta do Brasil e PDDE Web	Não
PME- PALMEIRAS (2014-2024)	Sim	Parceria com IES públicas e privadas (nome não mencionado)	Não
PME- SANTA TEREZINHA (2014-2024)	Sim	Parceria não mencionada	Não
PME- TOCANTINÓPOLIS (2014-2024)	Sim	Parceria com os profissionais da educação e a Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Sim

Fonte: Elaboração própria (2020), com dados dos PMEs.

No quadro II, observamos que em todos os PMEs consta a existência da formação continuada, além da inclusão de todas as metas. Alguns planos municipais sugerem uma quantidade maior de metas do que as propostas no PNE, são eles: Itaguatins, Maurilândia, Palmeiras e Tocantinópolis.

Visto a importância de uma parceria com IES para garantir uma formação continuada de qualidade, destacamos a existência da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Tocantinópolis que fica próxima as cidades mencionadas em nossa pesquisa, porém na maioria dos PMEs não menciona parcerias com essa Instituição, e quando mencionam alguma parceria não citam nomes das IES que é o caso dos PMEs de Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Darcinópolis, Itaguatins, Maurilândia e Palmeiras.

O PME de Ananás não menciona parcerias com IES para a realização da formação continuada, apenas propõe no tópico 16.4, assegurar a formação dos professores por meio do Programa Nacional de livro e leitura (PNLL). O PME de Santa Terezinha não apresenta nenhum tipo de parceria para implementação do curso de formação continuada, apenas especifica que procurará instituições públicas para oferta de cursos de FC.

O PME de Luzinópolis no tópico 16.2, mesmo informando que pretendem participar dos programas que as IES públicas possam oferecer, dá ênfase na busca por uma parceria com Instituição privada, não mencionando a UFT como alternativa para essa realização.

Em dois PMEs encontramos referência a UFT na meta designada a formação continuada. Sendo: Nazaré que no tópico 12.1 propõe parceria para os programas de pós-graduação com a UFT, e (UAB) Universidade Aberta do Brasil. No PME de Tocantinópolis tópico 16.1 e 16.2 que propõe a parceria junto com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), e com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) na modalidade online, demonstrando preocupação com a qualidade dos cursos ofertados e planejamento de acordo com a demanda para a realização da formação continuada.

Observamos que em 08 PMEs eles manifestaram que a formação continuada acontece ou é planejada sem relação com parcerias, e quando mencionam essas parcerias não citam nomes das IES, ou procuram Instituições privadas, e na modalidade

à distância para auxiliar no processo de FC e contribuir com a utilização de material didático e apoio pedagógico para os professores.

Apesar da notável presença da UFT- Campus de Tocantinópolis, situada próximo aos municípios citados em nossa pesquisa, 80% dos PMEs não mencionam parcerias com essa instituição que visa, na maioria dos seus cursos, contribuir com a formação docente na realidade regional. Esse dado nos leva a indagar sobre o motivo pelos quais os PMEs não citarem o Campus de Tocantinópolis e pouco citam a UFT como parceira na formação continuada, já que é a Instituição pública mais próxima, conta profissionais capacitados para ministrar cursos de formação continuada e tem grande participação na formação inicial do quadro docente desses municípios.

O campus de Tocantinópolis teve sua implementação em 1990, e no ano de 2002/2003 passou a fazer parte de um dos Campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), desde então, tem sido uma referência na micro região do Bico do Papagaio, formando profissionais que atuam na área da educação a vários anos. Mesmo com essa referência, oito entre os onze PMEs não o situam como parceiro no processo de formação continuada.

Importante, no entanto, ressaltar o destaque de dois municípios: Destacamos Nazaré e Tocantinópolis. Estes fazem referência à UFT como parceira e colaboradora para os programas de pós-graduação e formação continuada. No caso de Nazaré busca parceria com duas Instituições: UFT, UAB. Essas parcerias são mencionadas diretamente para os cursos de pós-graduação, a UFT é citada como parceira na meta 12, estratégia 12.1 para cursos de pós-graduação, e como instituição principal para parceria de formação continuada. No plano municipal de educação desse município observamos um importante destaque para a entrada dos alunos nazarenos no Ensino Superior e apoio oferecido para que os mesmos possam estar se deslocando até a cidade vizinha para estudar no curso de graduação, além de destacar a necessidade do núcleo acadêmico no exercício de formação continuada visando o desenvolvimento educacional do município.

O PME de Tocantinópolis cidade onde o Campus está localizado, menciona duas parcerias: UFT e UAB. No processo de formação continuada a UFT é mencionada como colaboradora para atender as demandas dos profissionais da educação de acordo com as ações do município, se adequando a realidade local. Portanto o PME de

Tocantinópolis na Meta 16 considera uma parceria entre a elaboração e execução da formação continuada em conjunto com a UFT.

As universidades são primordiais para o desenvolvimento econômico, científico e cultural, por isso consideramos que poderiam e podem contribuir com o desenvolvimento profissional permanente das redes municipais de ensino. Ainda que se compreenda a FC como uma ação que deve ter a escola e a realidade local com espaço privilegiado de sua realização, o contato com os debates teóricos, com experiências diversas e o diálogos a partir de outros olhares, será sempre uma necessidade inerente ao exercício do magistério.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa pontuamos os aspectos principais no conceito de formação continuada, suas terminologias e mudanças no transcorrer dos anos. Definimos como um processo de desenvolvimento contínuo, tratando da valorização docente, dos seus saberes teóricos e práticos. Percebemos também que esse processo de desenvolvimento profissional docente, não se constitui algo complementar ou a parte no que se refere ao exercício do magistério. Ao contrário, compreende-se que o trabalho docente pressupõe esse processo constante de estudos e reflexões, sobre o trabalho, sobre a profissão e sobre o fazer didático-pedagógico.

Após tratar desses conceitos, analisamos a importância dos saberes acadêmicos na relação com os saberes práticos na formação continuada dos professores. E nesse sentido, buscamos levantar as indicações de parceria dos municípios da região Norte do Tocantins com a UFT, para processos de formação continuada, junto ao planejamento educacional dos municípios. A análise dessas ações de parceria foi realizada com 11 PME's, considerando, particularmente as metas e estratégias relacionadas ao tema.

A formação continuada é importante para o processo de fundamentação do trabalho docente, contribuindo para o desenvolvimento e valorização do profissional da educação. Assim, a necessidade específica dos professores e a contextualização das redes de ensino são aspectos que devem ser considerados na formação continuada

docente. De acordo com a meta 16 do PNE (2014-2024) deve ser garantida a formação continuada a todos os profissionais da educação considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino. Com base nessa meta observamos, para além da importância da formação continuada, ressaltamos a importância da parceria, sobretudo com instituições superiores de ensino e pesquisa, no sentido de estabelecer relações com a formação inicial e contribuir para realizar diagnósticos do contexto e das necessidades de formação.

Durante a pesquisa foram analisadas cidades vizinhas ao Campus da UFT em Tocantinópolis. O foco principal da investigação diz respeito a meta que trata da formação continuada nos PME's. Nesse caso buscamos saber se esses planos apresentam alguma indicação de parceria com outras instituições e em especial com a UFT, Campus de Tocantinópolis (ou um dos seus cursos de licenciatura). Nos resultados verificamos que, dos 11 planos municipais analisados, apenas 2 mencionam a UFT como parceira, enquanto 8 não fazem nenhuma menção ou buscam por instituições privadas para esse tipo de formação. Os dois municípios que buscam parceria com a UFT, sem fazer nenhuma referência específica ao Campus de Tocantinópolis, para formação continuada são: Nazaré – TO, e Tocantinópolis- TO.

Portanto ao detalhar os dados documentais da pesquisa fica evidente a ausência de referências que indique a UFT e, em especial o Campus de Tocantinópolis, como parceiro para a realização da formação continuada. Em certa medida compreendemos que essa constatação se deve a uma certa falta de conhecimento do trabalho realizado pela UFT ou mesmo o desejo dos municípios em um processo de formação mais prático e focado nos aspectos técnicos da profissão, enquanto que a UFT propõe uma formação com importante peso teórico.

Observa-se que o Campus da UFT de Tocantinópolis – TO é próximo dos municípios participantes da pesquisa e possui um longo histórico de trabalho na formação docente da região. Grande parte dos profissionais, sobretudo pedagogos e pedagogas, que atuam nestes mesmos municípios realizaram sua formação inicial nesse campus. Por isso nos indagamos sobre quais seriam os motivos para a escassa referência dessa instituição como parceiro na formação continuada. Sobre essa questão levantamos duas hipóteses que poderão ser comprovadas em pesquisas adicionais: a primeira hipótese faz referência à relação da universidade com a comunidade, considerando que a comunidade não possui uma forte presença dentro da UFT, e não há uma grande

participação da comunidade nos projetos e pesquisas e extensão que são abertos ao público em geral. Essa hipótese se complementa com a observação sobre as dificuldades da universidade em ampliar suas ações de extensão junto aos municípios da região.

A segunda hipótese trata da maneira como os gestores podem compreender o objetivo e a centralidade da formação continuada. Nesse caso podem ter pautado suas ações por um duplo equívoco derivado da separação entre teoria e prática: no primeiro compreendem a formação continuada como uma ação eminentemente técnica, totalmente relacionada ao fazer docente; e no segundo relacionam o saber universitário exclusivamente ao campo do conhecimento teórico. Ambas as compreensões contribuem para que a universidade não seja compreendida como o parceiro adequado nas ações de formação continuada docente.

Tendo em vista a problemática da pesquisa, que buscou saber da inserção da UFT e do Campus de Tocantinópolis, nos planos municipais de educação da região norte do Tocantins, como parceiros na formação continuada, acreditamos que esse problema se apresentou respondido. Pois, a partir do diagnóstico dos 11 PME's foi possível analisar a presença e/ou ausência de indicações. No entanto, haveria a possibilidade de se aprofundar a partir de uma pesquisa de campo mais ampla, entrevistando alguns gestores, secretários da educação e até educadores, com o objetivo de compreender a falta ou existência dessa parceria, além do papel da UFT na realização da formação continuada.

A formação continuada deve ser garantida a todos os educadores, porém, é importante que os mesmos compreendam a sua importância para a valorização profissional e o aprimoramento do ensino. O Plano Nacional da Educação – PNE, tem como diretriz a melhoria na qualidade do ensino. Na mesma direção, compreende-se que os Planos Municipais da Educação – PME assumem essa prioridade adequando às demandas locais, garantindo o cumprimento das suas próprias metas para educação.

Durante a análise dos documentos foi observado que todos os PME's analisados se comprometem com o processo de formação continuada. No entanto, elaboram estratégias que podem não ser alcançadas até o prazo final do PME, principalmente por não se adequarem à realidade de cada município.

Apesar dos esforços na realização da pesquisa muitas perguntas e dúvidas ainda podem surgir no decorrer da leitura. Por estarmos em período pandêmico devido

ao Covid-19, não houve a possibilidade de realizar uma pesquisa de campo e entrevistas com os profissionais da educação. Porém, consideramos possível fazer uma análise a partir dos dados coletados nos PME's dos 11 municípios da região do Bico do Papagaio, onde o foco principal trata-se da relação de parceria da UFT durante a formação continuada.

Dado o exposto fica claro a importância dessa pesquisa para os futuros educadores e pesquisadores, e a compreensão sobre as políticas educacionais presentes em alguns municípios da região norte do Tocantins, através dos PME's. Como graduanda no curso de Pedagogia pela UFT, sinto que ao realizar essa pesquisa meu conhecimento se estendeu sobre assuntos que antes eram desconhecidos, porém extremamente necessários para a formação do educador crítico e comprometido com o processo educativo. O texto em si é de grande interesse para aqueles que buscam entender a relação da Universidade com os PME's, e para os educadores em geral.

Referências

AGUIARNÓPOLIS. Lei Municipal nº139/2015, de 16 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Aguiarnópolis/TO**. Aguiarnópolis- TO, 16 de junho de 2015.

ANANÁS. Lei nº002/2015, de 03 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Ananás/TO**. Ananás- TO, 18 de maio de 2015.

ALVES, W. F. **A formação de professores e as teorias do saber docente: contextos, dúvidas e desafios**. Ed. Pesq. Vol.33, n.2, São Paulo, maio-agosto. 2007.

ÁVALOS, Beatrice. **El liderazgo docente en comunidades de práctica**. Educar, vol. 47/2, p.237-252, 2011.

CACHOEIRINHA. Lei nº 265/2015, de 15 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do município de Cachoeirinha- TO, e dá outras providências **Diário Oficial do município de Cachoeirinha- TO**. Cachoeirinha- TO, 15 de junho de 2015.

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e; AMORIM, Rejane Maria de Almeida. **A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan.-abr., 2015.

CUNHA, Maria Isabel da. **O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação**. Educ. Pesqui. vol.39, n.3, São Paulo, jul./set. 2013. Epub 09-ago.- 2013.

DARCINÓPOLIS. Lei nº532/2015, de 24 de abril de 2014. Aprova o Plano Municipal de Educação PME do Município de Darcinópolis e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Darcinópolis**. Darcinópolis- TO, 24 de junho de 2015.

GARCIA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. ed. LDA, Porto/ Portugal, 1999.

ITAGUATINS. Lei nº189/2015, de 15 de junho de 2015. Aprova o plano municipal de Educação para o período de 2015/2025 e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Itaguatins. Itaguatins- TO, 15 de junho de 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: Inep, 2015.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do senado, 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 26 jun. 2014a. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

LIMA, Renata da Costa (UFPE); AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de (UFPE). **Formação continuada de professores: o que dizem os formadores**. Tópicos Educacionais, Recife, v.21, n.2, jul/dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22417/18610>>. Acesso em 08 de dez. de 2020

LUZINÓPOLIS. Lei nº232/2015, de 23 de junho de 2015. Dispõe sobre a criação e implantação do Plano Municipal de Educação do município de Luzinópolis/TO, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Luzinópolis. Luzinópolis- TO, 05 de junho de 2015.

MAURILÂNDIA. Lei nº312/2015, de 12 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME de Maurilândia do Tocantins – TO, e dá outras providências. Maurilândia- TO, 12 de junho de 2015.

MILEO, T. R.; KOGUT, M. C. A importância da formação continuada do professor de Educação Física e a influência na prática pedagógica. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Educação e do III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Curitiba (PR): EDUCERE. 2009. p. 4944-4952.

NAZARÉ. Lei nº 710/2.015, de 22 de junho de 2015. Dispõe sobre a criação e implantação do Município de Nazaré/TO, e dá outras providências. Diário Oficial Município de Nazaré. Nazaré, 23 de junho de 2015.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In. Nóvoa, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, Célia Maria Fernandes. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira**. Educ. Soc. v.22 n.74 Campinas abr. 2001 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100003>>. Acesso em 09 de dez. de 2020

OLIVEIRA, Marcos Marques. **Florestan Fernandes**. coleção educadores. Recife PE, Editora Massangana, 2010.

PALMEIRAS. Lei nº0261/2015, de 17 de junho de 2015. Institui o PME- Plano Municipal de Educação, no âmbito do município de Palmeiras do Tocantins e dá outras providências. Diário Oficial do município de Palmeiras do Tocantins. Palmeiras- TO, 17 de junho de 2015.

PAULA, Simone Grace de. Formação continuada de professores: perspectivas atuais. **Revista Paidéia**. Univ. FUMEC, Belo Horizonte. Ano 6. n. 6. p. 65-86. jan./jun, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo-RS. 2013.

ROCHA, José Damião Trindade. Memórias Profissionais: itinerância docente na UNITINS no/do Campus de Tocantinópolis. In: LOCATELLI, Arinalda Silva et al. **O curso de Pedagogia no norte do Tocantins: histórias, memórias e reflexões**. Goiânia, ed PUC Goiás, 2011.

RODRIGUES, Disnah Barroso (UFPI). Educação Continuada: Analisando sentidos a partir de terminologias e concepções. In: ANPED/GT02 **Formação de Professores**. Anais, 2004.

SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS. Lei nº 250/2015, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Santa Terezinha do Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial Município de Santa Terezinha do Tocantins**. Santa Terezinha do Tocantins, 20 de junho de 2015

SANTOS, Renata de Souza.; FRISON, M. D. Considerações sobre a dicotomia entre teoria e prática na mediação dos saberes docentes durante o processo formativo de professores de Ciências Naturais. **Revista Didática Sistêmica**, v.16 n.2 (2014) p.15-29

SILVA J. R. S.; ALMEIDA C. D. de; GUINDANI J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Julho, 2009

TOCANTINÓPOLIS. Lei nº 963, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial Município de Tocantinópolis**. Tocantinópolis, 20 de junho de 2015.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. **Diário Oficial Estado do Tocantins**. Palmas, 09 de julho de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de ensino, pesquisa e extensão – CONSEPE. **Resolução nº 06/2007, de 04 de Abril de 2007**. Dispõe sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis. Palmas- CONSEPE, 2007. Disponível em: 06-2007 - PPP Pedagogia Tocantinópolis (uft.edu.br)

VIAL, J. A. L. e Silva; HENN, I. A. Formação docente e perspectivas do letramento. In: **PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013**. Disponível em: Formação docente e perspectivas do letramento (diaadiaeducacao.pr.gov.br). Acesso em 25 de março de 2020.